

Springs Global Participações S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas sobre Revisão Especial das
Informações Trimestrais - ITR
Primeiro Trimestre - 2015*

BDO RCS Auditores Independentes



Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Springs Global Participações S.A.
Montes Claros - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Springs Global Participações S.A.** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias executada pelo auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações Intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, referentes ao período findo em 31 de março de 2015, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2SP 013846/O-1-S-MG


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9-S-MG

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	151	136	130.478	129.570
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	1.643	1.360
Duplicatas a receber	5	-	-	517.550	522.489
Estoques	6	-	-	624.698	589.566
Adiantamentos a fornecedores		-	-	49.740	46.667
Impostos a recuperar	16.d	8.093	8.076	43.382	47.355
Outros créditos a receber		1.074	992	22.791	23.248
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		9.318	9.204	1.390.282	1.360.255
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Partes relacionadas	15	-	-	17.418	7.535
Impostos a recuperar	16.d	-	-	4.470	4.595
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.c	2.396	1.905	65.098	62.512
Imobilizado disponível para venda	8.b	-	-	48.541	40.527
Depósitos judiciais	17	4.228	4.221	18.022	17.495
Outros		-	-	7.676	6.850
		-----	-----	-----	-----
		6.624	6.126	161.225	139.514
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	7.a	1.138.420	1.119.462	-	-
Outros investimentos		-	-	2.305	1.968
Imobilizado	8.a	-	-	844.638	847.260
Intangível	9	27.303	27.303	125.417	119.574
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.172.347	1.152.891	1.133.585	1.108.316
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		1.181.665	1.162.095	2.523.867	2.468.571
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	425.805	403.748
Debênture	13	-	-	7.532	1.685
Fornecedores	11	3	3	192.826	167.095
Impostos e taxas		-	-	7.895	12.089
Obrigações sociais e trabalhistas		48	39	53.287	51.559
Concessões governamentais	19	-	-	16.556	16.556
Arrendamentos não recuperáveis	10	-	-	5.234	4.286
Outras contas a pagar		-	-	68.225	59.155
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		51	42	777.360	716.173
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	158.904	191.458
Debênture	13	-	-	266.927	263.748
Arrendamentos não recuperáveis	10	-	-	16.489	12.822
Partes relacionadas	15	18.269	16.714	-	7.969
Concessões governamentais	19	-	-	47.974	47.875
Planos de aposentadoria e benefícios	18	-	-	119.725	101.102
Provisões diversas	17	4.317	4.317	22.690	21.962
Obrigações de controladas	7.a	73.173	60.879	-	-
Outras obrigações		2.056	2.056	21.089	19.691
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		97.815	83.966	653.798	666.627
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	14				
Capital realizado		1.860.265	1.860.265	1.860.265	1.860.265
Reserva de capital		79.381	79.381	79.381	79.381
Ajuste de avaliação patrimonial		(40.291)	(40.369)	(40.291)	(40.369)
Ajuste acumulado de conversão		(210.209)	(209.176)	(210.209)	(209.176)
Reservas de lucros		25.170	25.170	25.170	25.170
Prejuízo acumulado		(630.517)	(637.184)	(630.517)	(637.184)
		-----	-----	-----	-----
Total da participação dos acionistas controladores		1.083.799	1.078.087	1.083.799	1.078.087
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES					
		-	-	8.910	7.684
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		1.083.799	1.078.087	1.092.709	1.085.771
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.181.665	1.162.095	2.523.867	2.468.571
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2015	31.03.2014	31.03.2015	31.03.2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	548.326	505.805
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	22	-	-	(411.317)	(377.573)
LUCRO BRUTO		-	-	137.009	128.232
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	22	-	-	(75.291)	(76.739)
Gerais e administrativas	22	(847)	(861)	(31.370)	(31.036)
Honorários da administração	22	(108)	(108)	(1.749)	(1.970)
Equivalência patrimonial	7.a	7.619	(19.103)	-	-
Outras, líquidas		-	-	(2.145)	(2.356)
RESULTADO OPERACIONAL		6.664	(20.072)	26.454	16.131
Despesas financeiras – juros e encargos		(571)	(84)	(32.395)	(22.827)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(91)	(89)	(15.137)	(16.253)
Receitas financeiras		174	915	5.337	2.018
Variações cambiais líquidas		-	(2.336)	21.265	(1.545)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		6.176	(21.666)	5.524	(22.476)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	16.b	-	-	(517)	619
Diferido	16.b	491	-	1.638	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		6.667	(21.666)	6.645	(21.857)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				6.667	(21.666)
Participação dos acionistas não-controladores				(22)	(191)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	24	0,0333	(0,1083)	6.645	(21.857)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	6.667	(21.666)	6.645	(21.857)
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que impactarão o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	<u>(1.033)</u>	<u>(20.532)</u>	<u>215</u>	<u>(20.950)</u>
- Itens que não impactarão o resultado:				
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	<u>78</u>	<u>512</u>	<u>78</u>	<u>512</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>5.712</u>	<u>(41.686)</u>	<u>6.938</u>	<u>(42.295)</u>
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores			5.712	(41.686)
Participação dos acionistas não-controladores			<u>1.226</u>	<u>(609)</u>
			<u>6.938</u>	<u>(42.295)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Reservas de lucros		Prejuízo acumulado	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
						Legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.860.265	79.381	(21.929)	(190.005)	1.842	23.328	(608.785)	1.144.097	7.866	1.151.963
Resultado abrangente:											
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	(21.666)	(21.666)	(191)	(21.857)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	1.192	-	-	-	1.192	-	1.192
Ganho atuarial em planos de aposentadoria Reflexo de controladas-		-	-	512	-	-	-	-	512	-	512
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(21.724)	-	-	-	(21.724)	(418)	(22.142)
Total do resultado abrangente		-	-	512	(20.532)	-	-	(21.666)	(41.686)	(609)	(42.295)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014		1.860.265	79.381	(21.417)	(210.537)	1.842	23.328	(630.451)	1.102.411	7.257	1.109.668

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Reservas de lucros		Prejuízo acumulado	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
						Legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.860.265	79.381	(40.369)	(209.176)	1.842	23.328	(637.184)	1.078.087	7.684	1.085.771
Resultado abrangente:											
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	6.667	6.667	(22)	6.645
Varição cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(14.725)	-	-	-	(14.725)	-	(14.725)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria		-	-	78	-	-	-	-	78	-	78
Reflexo de controladas-											
Varição cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	13.692	-	-	-	13.692	1.248	14.940
Total do resultado abrangente		-	-	78	(1.033)	-	-	6.667	5.712	1.226	6.938
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015		1.860.265	79.381	(40.291)	(210.209)	1.842	23.328	(630.517)	1.083.799	8.910	1.092.709

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014	31.03.2015	31.03.2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do período	6.667	(21.666)	6.645	(21.857)
Ajustes para reconciliar o Lucro (prejuízo) do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	20.484	22.066
Equivalência patrimonial	(7.619)	19.103	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(491)	-	(1.121)	(619)
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(3.172)	10.059
Reversão de provisão para perdas em ativos permanentes	-	-	-	(4.255)
Variações cambiais	-	2.336	(16.851)	1.348
Juros e encargos sobre empréstimos	571	(712)	26.149	17.270
	-----	-----	-----	-----
	(872)	(939)	32.134	24.012
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(283)	41
Duplicatas a receber	-	-	4.939	45.641
Estoques	-	-	(35.132)	(5.609)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(3.073)	(6.738)
Fornecedores	-	3	25.731	(20.180)
Outros	(97)	(193)	18.879	(26.516)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(969)	(1.129)	43.195	10.651
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(2.976)	(14.942)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(911)	(58)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(969)	(1.129)	39.308	(4.349)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(12.951)	(16.210)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	5.633	8.398
Empréstimos entre partes relacionadas	984	(450)	(617)	(2.943)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	984	(450)	(7.935)	(10.755)
	-----	-----	-----	-----

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	-	1.609	45.064	30.853
Liquidação de empréstimos	-	-	(78.765)	(55.595)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	1.609	(33.701)	(24.742)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	3.236	4.092
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	15	30	908	(35.754)
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	136	46	129.570	81.591
No fim do período	151	76	130.478	45.837
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	15	30	908	(35.754)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014	31.03.2015	31.03.2014
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	620.528	581.706
Provisão para perdas com créditos de clientes	-	-	-	(1.181)
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	3.172	(10.509)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	623.700	570.016
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(286.813)	(263.073)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(938)	(984)	(105.294)	(93.781)
Reversão de provisão para perdas em ativos permanentes	-	-	-	4.255
	-----	-----	-----	-----
	(938)	(984)	(392.107)	(352.599)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	(938)	(984)	231.593	217.417
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	-	-	(20.484)	(22.066)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	(20.484)	(22.066)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(938)	(984)	211.109	195.351
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	7.619	(19.103)	-	-
Receitas financeiras	174	915	5.337	2.018
Variação cambial ativa	-	2.429	25.151	12.646
Royalties	-	-	2.945	2.974
	-----	-----	-----	-----
	7.793	(15.759)	33.433	17.638
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.855	(16.743)	244.542	212.989
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	-	-	106.313	99.415
Impostos, taxas e contribuições	(383)	74	56.120	64.592
Remuneração de capitais de terceiros	571	4.849	75.464	70.839
Remuneração de capitais próprios	6.667	(21.666)	6.645	(21.857)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	6.855	(16.743)	244.542	212.989
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”), que é domiciliada em Montes Claros - MG, foi constituída em 24 de novembro de 2005 e, em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos EUA, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (“CTNM”) e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”).

A partir de 27 de julho de 2007, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação “SGPS3”.

A Companhia controla a CSA e a SGUS, companhias que concentram suas atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela CTNM e pela SI. Essa associação criou um complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho, com unidades de produção no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos e no México.

A Companhia também conta com fortes marcas, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A.

Em abril de 2009, a Companhia iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e posteriormente, em agosto de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras são operadas pela controlada AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de maio de 2015.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento

técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2015.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste acumulado de conversão" e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como "Outras, líquidas".

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros

instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e, juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrente de vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data

de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada período.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência

confiável de o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à

transação fluam para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(x) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não-controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA, AMMO e SGUS, das quais possui direta e indiretamente 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A. com 100% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA); (v) Springmaid International, Inc. (Índia); (vi) Springs International Services, Inc. (Carolina do Sul, EUA); (vii) Sabre US, Inc. (Delaware, EUA), (viii) Espacio LLC (Delaware, EUA), todas com 100% de participação, e (ix) Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA), (x) Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (xi) Springs Brands, LLC (Delaware, EUA), (xii) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman), (xiii) Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 87,5%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão". As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não-controladores.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>Varição</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	2,6562	-
31 de março	3,2080	2,2630	41,8%
Taxa média:			
31 de março (3 meses)	2,9162	2,3409	24,6%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2015. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010–2012 (*)	Alterações em diversas normas.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011–2013 (*)	Alterações em diversas normas.
Alterações à norma IAS 19 – Planos de benefício definido: contribuições dos empregados e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06 do CPC (Deliberação CVM nº 728/14) (*)	Alteram os requerimentos para o reconhecimento das contribuições feitas pelos empregados ou terceiros que estão vinculadas aos serviços.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2015. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis intermediárias.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitida em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em períodos subsequentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.	Aplicáveis prospectivamente para as vendas ou contribuições de ativos ocorridas em exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*)	Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações contábeis intermediárias consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é

esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Operações compromissadas (*)	-	-	75.318	67.158
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	866	954
Depósitos no exterior	-	-	40.984	46.914
Depósitos em contas correntes	151	136	13.310	14.544
	-----	-----	-----	-----
	151	136	130.478	129.570
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014
Depósito restrito (*)	1.643	1.360
	-----	-----
	1.643	1.360
	=====	=====

(*) Em 31 de março de 2015, a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$512 mil (US\$512 mil em 31 de dezembro de 2014) na condição de “Compensating balance arrangement”.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014
Cientes no mercado interno	379.004	405.139
Cientes no mercado externo	129.342	103.193
Operadoras de cartão de crédito	10.732	18.221
Partes relacionadas – mercado interno	18.269	12.745
Partes relacionadas – mercado externo	4.696	7.272
	-----	-----
	542.043	546.570
Provisão para devedores duvidosos	(24.493)	(24.081)
	-----	-----
	517.550	522.489
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas operadoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não diferem dos preços parcelados. Em 31 de março de 2015, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$13.369 (R\$20.856 em 31 de dezembro de 2014), com um prazo médio de 85 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$2.638 (R\$2.635 em 31 de dezembro de 2014) utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 75 dias (78 dias em 31 de dezembro de 2014). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de março de 2015 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2015.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Saldo no início do período	(24.081)	(18.375)
Adições	-	(6.133)
Baixas	-	543
Variação cambial	(412)	(116)
	-----	-----
Saldo no final do período	(24.493)	(24.081)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Matéria-prima e secundários	210.123	175.357
Produtos em elaboração	125.403	125.709
Produtos acabados	236.527	235.499
Peças de reposição	52.645	53.001
	-----	-----
	624.698	589.566
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e/ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>31.03.2015</u>
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	-	(1.313)
Produtos acabados	(1.101)	(1.443)	(229)	(2.773)
Peças de reposição	(1.099)	-	(4)	(1.103)
	-----	-----	-----	-----
	(3.513)	(1.443)	(233)	(5.189)
	=====	=====	=====	=====

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do Período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (Controladora)	
				31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.03.2014
SGUS (1)	(73.173)	100,00	2.353	-	-	2.353	(684)
CSA	1.045.930	100,00	12.982	1.045.930	1.019.258	12.982	(7.230)
AMMO(2)	130.876	70,67	(10.918)	92.490	100.204	(7.716)	(11.189)
				-----	-----	-----	-----
				1.138.420	1.119.462	7.619	(19.103)
				=====	=====	=====	=====

(1) O patrimônio líquido da controlada SGUS, em 31 de março de 2015, apresentava saldo de R\$73.173 credor (R\$60.879 em 31 de dezembro de 2014) e está apresentado como "Obrigações de controladas" no passivo não circulante.

(2) Em 31 de agosto de 2014, a CSA efetuou aporte de capital no valor de R\$47.153, utilizando-se de parte dos créditos em aberto com a AMMO Varejo Ltda. ("AMMO") naquela data, passando a deter 29,33% de seu capital social.

A AMMO é controlada pela Companhia, a qual possui, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, direta e indiretamente 100% de seu capital social.

b) Investimentos indiretos:

Investimento da SGUS

	Patrimônio líquido	Participação-%	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.03.2014
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	43	100,0	43	44	(10)	(10)
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	1.723	100,0	1.723	1.435	(10)	(173)
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	1.623	100,0	1.623	1.395	(6)	(2)
Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA)	(840)	100,0	(840)	(693)	(3)	(59)
Springmaid International, Inc. (Índia)	170	100,0	170	142	-	-
Springs International Services Inc. (Carolina do Sul, EUA)	(911)	100,0	(911)	(754)	-	-
Sabre US, Inc. (Delaware, EUA)	30.337	100,0	30.337	25.281	(176)	(290)
Espacio LLC (Delaware, EUA)	(735)	100,0	(735)	(608)	-	-
Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA)	32.080	87,5	28.070	23.242	-	-
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (2)	38.084	87,5	33.324	30.483	(1.142)	(1.753)
Springs Brands, LLC (Delaware, EUA) (2)	(2.036)	87,5	(1.781)	(2.474)	1.206	768
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman) (2)	3.576	87,5	3.129	2.599	-	-
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (3)	(423)	87,5	(370)	(59)	(289)	(300)

(1) Companhias subsidiárias integrais de Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) Companhias subsidiárias integrais de Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA).

(3) Companhia subsidiária integral de Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

Investimentos da CSA

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resul- tado do período	Total dos investimentos		Resultado de equiva- lência patrimonial	
				31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.03.2014
Controlada - Coteminas							
Argentina S.A.	95.785	100,00	4.751	95.785	77.344	4.751	1.688
				=====	=====	-----	-----
Coligada - AMMO Varejo							
Ltda.	130.876	29,33	(10.918)	38.386	41.588	(3.202)	-
				=====	=====	-----	-----
Total						1.549	1.688
						=====	=====

8. IMOBILIZADO E DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa (*) %	Consolidado			
		31.03.2015		31.12.2014	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	10,5	70.440	(24.456)	45.984	46.833
Edifícios	2,3	428.502	(171.054)	257.448	257.453
Instalações	5,2	234.467	(141.998)	92.469	94.489
Máquinas e equipamentos	6,1	1.111.643	(785.851)	325.792	333.111
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	37.534	(12.646)	24.888	25.247
Móveis e utensílios	9,8	47.859	(29.745)	18.114	18.142
Veículos	19,3	16.431	(13.971)	2.460	2.516
Computadores e periféricos	16,5	56.009	(51.731)	4.278	4.292
Obras em andamento	-	63.637	-	63.637	55.630
Outros	10,0	140.965	(131.397)	9.568	9.547
		-----	-----	-----	-----
		2.207.487	(1.362.849)	844.638	847.260
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 19 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	31.03.2015
Terrenos e benfeitorias	69.228	435	(310)	-	-	1.087	70.440
Edifícios	420.969	2	(2)	-	1.686	5.847	428.502
Instalações	233.539	35	(205)	-	4	1.094	234.467
Máquinas e equipamentos	1.094.065	1.070	(1.803)	-	2	18.309	1.111.643
UHE - Porto Estrela	37.534	-	-	-	-	-	37.534
Móveis e utensílios	45.742	170	(66)	-	341	1.672	47.859
Veículos	15.456	158	(152)	51	-	918	16.431
Computadores e periféricos	49.286	417	(150)	-	-	6.456	56.009
Obras em andamento	55.630	10.664	(1.185)	-	(2.033)	561	63.637
Outros	119.022	-	-	-	-	21.943	140.965
	2.140.471	12.951	(3.873)	51	-	57.887	2.207.487

Depreciação acumulada:

	31.12.2014	Adições	Baixas	Transferências para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	31.03.2015
Terrenos e benfeitorias	(22.395)	(2.136)	115	-	-	(40)	(24.456)
Edifícios	(163.516)	(2.628)	-	-	-	(4.910)	(171.054)
Instalações	(139.050)	(2.383)	195	-	(365)	(395)	(141.998)
Máquinas e equipamentos	(760.954)	(10.891)	1.537	-	-	(15.543)	(785.851)
UHE - Porto Estrela	(12.287)	(359)	-	-	-	-	(12.646)
Móveis e utensílios	(27.600)	(719)	64	-	-	(1.490)	(29.745)
Veículos	(12.940)	(263)	152	(51)	-	(869)	(13.971)
Computadores e periféricos	(44.994)	(509)	143	-	-	(6.371)	(51.731)
Outros	(109.475)	(380)	-	-	365	(21.907)	(131.397)
	(1.293.211)	(20.268)	2.206	(51)	-	(51.525)	(1.362.849)

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$48.541 (R\$40.527 em 31 de dezembro de 2014) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2014	Adições	Baixas	Varição cambial	31.03.2015
Custo	361.459	292	(2.230)	63.619	423.140
Depreciação	(283.066)	(230)	1.436	(55.561)	(337.421)
Provisão para perda	(37.866)	(32)	720	-	(37.178)
	-----	-----	-----	-----	-----
	40.527	30	(74)	8.058	48.541
	=====	=====	=====	=====	=====

9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.599	30.616
Ágio na aquisição da AMMO (controladora)	27.303	27.303
Marcas	16.307	16.307
Pontos comerciais (luvas)	45.208	45.348
	-----	-----
Total	125.417	119.574
	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2014 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,6% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da Companhia referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	31.12.2014	Baixas no período	Variação cambial	31.03.2015
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	30.616	-	5.983	36.599
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.307	-	-	16.307
Pontos comerciais (luvas)	45.348	(140)	-	45.208
	-----	-----	-----	-----
Total	119.574	(140)	5.983	125.417
	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2015 foi de R\$8.807 (R\$7.886 no trimestre findo em 31 de março de 2014). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2015 foi de R\$2.896 (R\$1.957 no trimestre findo em 31 de março de 2014). Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2015
2015 (*)	24.320
2016	31.066
2017	28.853
2018	28.644
2019	25.192

(*) 9 meses

A partir de 2019, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$245.447. Para o período de 2015 a 2019, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$55.986

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totalizam R\$21.723 (R\$17.108 em 31 de dezembro 2014), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$190.961 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014
Mercado interno	102.473	82.848
Mercado externo	90.353	84.247
	-----	-----
	192.826	167.095
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 30 dias (27 dias em 31 de dezembro de 2014). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos saldos de compras financiadas de matéria-prima (algodão) no valor de R\$55.735 (R\$54.011 em 31 de dezembro de 2014).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				31.03.2015	31.12.2014
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	11.060	13.136
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	11.060	13.136
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 7,0	2023	5.006	5.210
Banco Bradesco S.A. (Conta garantida)	R\$	124,0 do CDI	2015	565	13.023
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2015	20.162	30.401
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	R\$	116,6 do CDI	2015	28.217	27.320
Banco do Brasil S.A. (NCI)	R\$	108,5 e 113,6 do CDI	2016	288.446	279.686
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	121,0 do CDI	2016	108.248	104.684
Banco Santander S.A.	R\$	114,1 e 123,5 do CDI	2016	38.967	37.648
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP+3,3	2015	10.877	17.407
Outros	R\$	-	2023	81	83
				-----	-----
				522.689	541.734
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor+2,25	2016	55.277	50.104
Banco Patagonia	\$ARG	15,3 e 27,5	2016	6.743	3.368
				-----	-----
				62.020	53.472
Total				-----	-----
Circulante				584.709	595.206
				(425.805)	(403.748)
				-----	-----
Não circulante				158.904	191.458
				=====	=====

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,466% a.a. com swap para aproximadamente 121,0% do CDI com a mesma contraparte.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança da CTNM para os financiamentos denominados "Revitaliza"; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2016		2017	2018 a 2023	Total
	2015	Curto prazo			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	6.237	2.067	2.756	-	11.060
BNDES (Revitaliza)	6.237	2.067	2.756	-	11.060
BNDES (Finame)	712	277	834	1.111	5.006
Banco Bradesco S.A. (Conta garantida)	565	-	-	-	565
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	20.162	-	-	-	20.162
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	28.217	-	-	-	28.217
Banco do Brasil S.A. (NCI)	248.446	-	40.000	-	288.446
Banco Itaú BBA S.A.	41.582	33.333	33.333	-	108.248
Banco Santander S.A.	21.502	-	17.465	-	38.967
Banco Votorantim S.A.	10.877	-	-	-	10.877
Outros	47	2	7	7	81
	-----	-----	-----	-----	-----
	384.584	37.746	97.151	1.118	522.689
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	-	-	55.277	-	55.277
Banco Patagonia	3.475	-	3.268	-	6.743
	-----	-----	-----	-----	-----
	3.475	-	58.545	-	62.020
	-----	-----	-----	-----	-----
	388.059	37.746	155.696	1.118	584.709
	=====	=====	=====	=====	=====

13. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014 a controlada CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Gaia"), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

Características da Debênture

Quantidade de debênture emitida	1
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$270.000.000
Amortização	2 parcelas iguais
Vencimento 1ª parcela	13/06/2016
Vencimento 2ª parcela	13/06/2017
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), vinculando a Debenture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debenture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na companhia na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debenture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debenture, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 31 de março de 2015, eram assim compostos.

	Valor original atualizado	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 31.03.2015	Saldos em 31.12.2014
Circulante	1.685	(2.550)	8.397	7.532	1.685
Não circulante	270.000	(3.073)	-	266.927	263.748
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	271.685	(5.623)	8.397	274.459	265.433
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de março de 2015, todos os índices acima foram atendidos pela controlada CSA.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 200.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de março de 2015.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do período, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	18.269	16.714
	-----	-----	-----	-----
	-	-	18.269	16.714
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	17.316	7.451	-	-
Coteminas International	-	-	-	7.969
Companhia Tecidos Santanense	12	11	-	-
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	76	73	-	-
Sucursal Argentina	14	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	17.418	7.535	-	7.969
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros	
	31.03.2015	31.03.2014
Controladora:		
Coteminas S.A.	(571)	(64)
Springs Global US, Inc.	-	775
	-----	-----
	(571)	711
	=====	=====

	Encargos financeiros	
	31.03.2015	31.03.2014
Consolidado:		
CTNM	334	151
Encorpar Empresa Nac.de Comércio, Rédito e Participações S.A.	3	-
Companhia Tecidos Santanense	-	(4)
Coteminas International	(5)	-
	-----	-----
	332	147
	=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior (de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior em 2014).

Os saldos mantidos com a controlada direta SGUS representam contrato de empréstimo com limite de US\$30 milhões, denominado “Revolving loan agreement”, que prevê vencimentos semestrais renováveis até janeiro de 2016. Os encargos são variação cambial mais juros calculados com base na LIBOR de 1 mês mais 3% a.a. Em 31 de agosto de 2014, esses empréstimos foram transferidos para a controlada CSA.

Conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia, a controlada SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.429 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil ao acionista controlador CTNM. No primeiro trimestre de 2015, foram provisionados a esse título R\$3.519 (R\$2.907 no primeiro trimestre de 2014), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$11.856 (R\$8.069 em 31 de dezembro de 2014) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante.

No primeiro trimestre de 2015, a CSA forneceu produtos intermediários para empresa do grupo, Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$7.315 (R\$10.597 no primeiro trimestre de 2014). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda. e a controlada AMMO firmaram contrato de locação do imóvel onde se situam o parque fabril e os escritórios da controlada AMMO. No primeiro trimestre de 2015, foram provisionados R\$822 (R\$822 no primeiro trimestre de 2014) sob essa rubrica. As avaliações do imóvel e respectivo aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão à preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

16. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada CSA sediadas no Brasil, exceto as unidades de Blumenau-SC e Acreúna-GO, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão.

Os incentivos federais têm validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014	31.03.2015	31.03.2014
Resultado antes dos impostos	6.176	(21.666)	5.524	(22.476)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(7.619)	19.103	-	-
Receitas não tributadas	-	-	(8.105)	(9.666)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(175)	(59)
Outros	-	-	177	174
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(1.443)	(2.563)	(2.579)	(32.027)
Alíquota de 34%	491	871	877	10.889
Incentivo fiscal – redução (SUDENE)	-	-	239	-
Créditos fiscais não constituídos	-	(871)	(1.657)	(10.289)
Créditos de controladas no exterior	-	-	1.652	-
Outros	-	-	10	19
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	491	-	1.121	619
	-----	-----	-----	-----
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	(517)	619
Impostos sobre o lucro – diferido	491	-	1.638	-
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de março de 2015, a CSA possuía R\$507.750 em prejuízos fiscais (R\$507.750 em 31 de dezembro de 2014) e R\$513.281 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$513.281 em 31 de dezembro de 2014), cujos ativos fiscais não foram reconhecidos. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas. O imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2014	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 31.03.2015
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:				
Provisões diversas	19.466	371	384	20.221
Prejuízo fiscal, líquido	30.720	119	-	30.839
Créditos fiscais de controlada no exterior	12.326	1.148	564	14.038
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	62.512	1.638	948	65.098
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos períodos, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado 31.03.2015
2015	1.647
2016	3.643
2017	6.506
2018	9.736
2019 em diante	43.566

	65.098
	=====

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	6.458	4.428
Imposto de renda e contribuição social antecipados	8.093	8.076	23.557	26.773
PIS e COFINS a recuperar	-	-	4.341	7.434
IVA – Argentina	-	-	6.311	6.597
VAT – China e México	-	-	1.531	1.329
IPI a recuperar	-	-	31	22
Outros impostos a recuperar	-	-	5.623	5.367
	-----	-----	-----	-----
	8.093	8.076	47.852	51.950
Circulante	(8.093)	(8.076)	(43.382)	(47.355)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	4.470	4.595
	=====	=====	=====	=====

17. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$16.261 e R\$363 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	4.317	4.317	4.317
- INSS	-	-	1.998	1.998
- Reintegro	-	-	657	561
- Outros	-	-	13	13
Trabalhistas	-	-	11.958	11.337
Cíveis e outras	-	-	3.747	3.736
	-----	-----	-----	-----
Total	4.317	4.317	22.690	21.962
	-----	-----	-----	-----
Depósitos judiciais	4.228	4.221	18.022	17.495
	=====	=====	=====	=====

CPMF – A Companhia é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.03.2015</u>
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	-	-	4.317
- INSS	1.998	-	-	1.998
- Reintegro	561	96	-	657
- Outros	13	-	-	13
Trabalhistas	11.337	878	(257)	11.958
Cíveis e outras	3.736	181	(170)	3.747
	-----	-----	-----	-----
	21.962	1.155	(427)	22.690
	=====	=====	=====	=====

18. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 31 de março de 2015 e 2014:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	241	210
Custo dos juros e outros, líquido	974	1.240
	-----	-----
Custo (receita) líquido do benefício	1.215	1.450
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 54% em investimentos de renda variável e 55% a 46% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para plano de pensão	122.123	102.386
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	164	179
Outras provisões de benefícios a funcionários	7.985	7.270
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	130.272	109.835
	-----	-----
Circulante (b)	(10.547)	(8.733)
	-----	-----
Não circulante	119.725	101.102
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS retirou-se do plano. Essa provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

19. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	5.277	504.922	822.297

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 31 de março de 2015, esse valor representava R\$64.530, sendo R\$16.556 classificados no passivo circulante e R\$47.974 classificados como passivo não circulante (R\$64.431, sendo R\$16.556 classificados no passivo circulante e R\$47.875 classificados como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de março de 2015, somam R\$24.888 (R\$25.247 em 31 de dezembro de 2014) (vide nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2015		31.12.2014		31.03.2015		31.12.2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	151	151	136	136	130.478	130.478	129.570	129.570
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.643	1.643	1.360	1.360
Duplicatas a receber	-	-	-	-	517.550	517.550	522.489	522.489
Outros créditos a receber	1.074	1.074	992	992	22.791	22.791	23.248	23.248
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Partes relacionadas	-	-	-	-	17.418	17.418	7.535	7.535
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	-	-	425.805	425.805	403.748	403.748
Debênture (*)	-	-	-	-	7.532	7.532	1.685	1.685
Fornecedores	3	3	3	3	192.826	192.826	167.095	167.095
Concessões governamentais	-	-	-	-	16.556	16.556	16.556	16.556
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	5.234	5.234	4.286	4.286
Outras contas a pagar	-	-	-	-	68.225	68.225	59.155	59.155
NÃO CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	-	-	158.904	158.904	191.458	191.458
Debênture (*)	-	-	-	-	266.927	266.927	263.748	263.748
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	-	-	16.489	16.489	12.822	12.822
Partes relacionadas	18.269	18.269	16.714	16.714	-	-	7.969	7.969
Concessões governamentais	-	-	-	-	47.974	47.974	47.875	47.875
Outras obrigações	2.056	2.056	2.056	2.056	21.089	21.089	19.691	19.691

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

O valor justo dos instrumentos financeiros listados acima são determinados com base em dados não observáveis e, portanto, são classificados como nível III de informação.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros

derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Investimentos	95.785	77.344
Obrigações de controladas	(73.173)	(60.879)
	-----	-----
	22.612	16.465
	=====	=====
Em milhares de Dólares equivalentes	7.049	6.199
	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e na controlada CSA:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	31.03.2015	31.12.2014
Caixa e equivalentes de caixa	866	954
Duplicatas a receber	37.764	40.457
Fornecedores	(2.258)	(2.216)
Partes relacionadas (SGUS)	98.472	80.654
	-----	-----
Total da exposição em Reais	134.844	119.849
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	42.034	45.120
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de março de 2015 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2015	Baixa do Dólar	11.338	379	(8.809)	(17.996)
2018	Baixa do Dólar	30.696	38.118	3.970	(30.177)
		-----	-----	-----	-----
		42.034	38.497	(4.839)	(48.173)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 12.a, não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de câmbio em 2015 e 2014.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2015 e 2014, não houve resultado com derivativos desta natureza.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR, TR e a IRP estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 15. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 12.a, não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros em 2015 e 2014.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	31.03.2015			31.12.2014	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Debênture-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017	270.000	10.082	(5.623)	274.459	265.433
Contrato de empréstimo -- Juros: 116,6% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2015	25.000	3.217	-	28.217	27.320
Contrato de empréstimo -- Juros: 108,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: maio/2015	200.000	43.556	(29)	243.527	236.157
Contrato de empréstimo -- Juros: 113,6% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2016	40.000	4.919	-	44.919	43.529
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 121,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016	100.000	8.248	-	108.248	104.684

Descrição	31.03.2015			31.12.2014	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 114,1% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: novembro/2016	30.000	1.344	(259)	31.085	30.055
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	7.500	470	(88)	7.882	7.593
	672.500	71.836	(5.999)	738.337	714.771

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de março de 2015, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2015	Alta do CDI	718.024	120.802	137.876	151.675
2016	Alta do CDI	315.501	34.950	47.321	57.399
2017	Alta do CDI	138.680	8.975	11.753	14.222
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de março de 2015, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias. A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	31.03.2015	31.12.2014
Empréstimos e financiamentos	584.709	595.206
Debêntures	274.459	265.433
Caixa e equivalentes de caixa	(130.478)	(129.570)
Títulos e valores mobiliários	(1.643)	(1.360)
	-----	-----
Total da dívida líquida	727.047	729.709
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.092.709	1.085.771
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.819.756	1.815.480
	=====	=====

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

A controlada AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	31.03.2015					
	América do Sul			América do Norte	Outros não	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	alocáveis	
Vendas líquidas	299,1	63,3	362,4	200,2	(14,3)	548,3
Custo dos produtos vendidos	(217,2)	(33,5)	(250,7)	(174,9)	14,3	(411,3)
Lucro bruto	81,9	29,8	111,7	25,3	-	137,0
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(52,5)	(38,0)	(90,5)	(17,0)	(0,9)	(108,4)
Outros	1,3	(0,3)	1,0	(3,1)	-	(2,1)
Resultado operacional	30,7	(8,5)	22,2	5,2	(0,9)	26,5
Resultado financeiro	-	-	-	-	(20,9)	(20,9)
Resultado antes dos impostos	30,7	(8,5)	22,2	5,2	(21,8)	5,6
Depreciação e amortização	16,3	3,1	19,4	1,1	-	20,5

	31.03.2014					
	América do Sul			América do Norte	Outros não	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	alocáveis	
Vendas líquidas	286,3	67,0	353,3	170,7	(18,2)	505,8
Custo dos produtos vendidos	(209,4)	(35,0)	(244,4)	(151,4)	18,2	(377,6)
Lucro bruto	76,9	32,0	108,9	19,3	-	128,2
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(51,5)	(40,4)	(91,9)	(16,9)	(0,9)	(109,7)
Outros	(1,0)	-	(1,0)	(1,4)	-	(2,4)
Resultado operacional	24,4	(8,4)	16,0	1,0	(0,9)	16,1
Resultado financeiro	-	-	-	-	(38,6)	(38,6)
Resultado antes dos impostos	24,4	(8,4)	16,0	1,0	(39,5)	(22,5)
Depreciação e amortização	17,0	3,4	20,4	1,7	-	22,1

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	279,7	260,2
Utility bedding	156,2	123,0
Produtos intermediários	49,1	55,6
Varejo	63,3	67,0
	-----	-----
	548,3	505,8
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	9,8	10,8
Utility bedding	10,9	10,6
Produtos intermediários	6,5	7,1
	-----	-----
	27,2	28,5
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de março de 2015 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

22. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(381.248)	(327.475)
Benefícios a empregados	(106.313)	(99.415)
INSS	(6.753)	(10.403)
Depreciação e amortização	(20.484)	(22.066)
Varição dos estoques de produtos acabados e em processo	2.393	3.687
Varição cambial nos estoques de controlada no exterior	20.093	(6.984)
Outros	(27.415)	(24.662)
	-----	-----
Total por natureza	(519.727)	(487.318)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014
Custo dos produtos vendidos	(411.317)	(377.573)
Vendas	(75.291)	(76.739)
Gerais e administrativas	(31.370)	(31.036)
Honorários da administração	(1.749)	(1.970)
	-----	-----
Total por função	(519.727)	(487.318)
	=====	=====

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	31.03.2015	31.03.2014
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	662.382	618.901
Deduções das vendas	(114.056)	(113.096)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	548.326	505.805
	=====	=====

24. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	31.03.2015	31.03.2014
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	6.667	(21.666)
Número médio ponderado das ações ordinárias:	200.000.000	200.000.000
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):	0,0333	(0,1083)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

* * * * *